

# A PRODUÇÃO DE UM ESPAÇO REGIONAL O ALTO DÓURO NO TEMPO DA FILOXERA\*

por Gaspar Martins Pereira\*\*

## 1. Introdução. Natureza e cultura

Ao longo dos últimos séculos, a produção vitícola, orientada para o fabrico do vinho do Porto, tem-se assumido como o principal critério definidor da região do Alto Douro. A expressão *Alto Douro*, que se difunde no século XVIII, a par ainda da designação mais antiga de *Cima Douro*, refere-se à área do vinhedo de qualidade, demarcada na sequência da *Instituição da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro* por alvará régio de 10 de Setembro de 1756. Desde então, as expressões *Alto Douro*, *país vinhateiro*, *região do vinho do Porto*, etc., têm andado associadas<sup>1</sup>. Daí que as vicissitudes do vinhedo assumam particular interesse para o estudo da história dessa região.

É certo que factores naturais demarcam bem este espaço, onde o encaixe profundo do Douro e dos seus afluentes, a natureza acidentada do relevo, o solo xistoso, o clima e a vegetação mediterrânicas, criaram uma paisagem original que contrasta vivamente com as terras vizinhas

---

\* Uma síntese deste trabalho foi apresentada às 2.<sup>as</sup> Jornadas de Estudo Norte de Portugal — Aquitânia, em Março de 1988, em Bordéus.

\*\* Centro de Estudos Norte de Portugal — Aquitânia. Assistente de História Contemporânea da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

<sup>1</sup> Sobre as diversas expressões relacionadas com a região do Douro: VASCONCELOS, J. Leite de, *Etnografia Portuguesa*, vol. III, 1941, Lisboa, Imprensa Nacional, 1980, p. 360-383.

transmontanas e beirãs. Contraste sentido pelo homem, que distingue bem a *ribeira da montanha*, a *terra fria*, ou *frieiras*, da *terra quente*. «Mas -- como salientou Orlando Ribeiro -- foi o homem, transformando (...) os matagais que cobriam as vertentes do Douro nos vinhedos onde se cria o porto, e difundindo, depois da filoxera, a oliveira e a amendoeira em todas as baixas, que touxe o maior reforço à meridionalidade da região»<sup>2</sup>. Já anteriormente, outros geógrafos, como Amorim Girão e Vergílio Taborda<sup>3</sup> tinham valorizando nos seus estudos os factores humanos na produção do espaço regional duriense. Como escreveu Taborda, «pode afirmar-se ter sido a vinha, o fabrico e comércio do vinho do Porto que fizeram o Alto Douro. Acima das diferenças que separam as populações duma e doutra margem, e do que pode uni-las, por um lado às vizinhas do Alto Trás-os-Montes, por outro às da Beira, paira o vínculo desta forma especial de ocupação do solo e da solidariedade económica»<sup>4</sup>. Hoje, apesar das transformações que se vêm operando, é ainda o escadório monumental dos socalcos e patamares das margens do Douro, onde vicejam as vinhas, o elemento que melhor caracteriza a paisagem duriense, profundamente humanizada.

O investimento na vinha, com objectivos comerciais, não só vem alterar a paisagem, como provoca mudanças significativas na composição social das vilas e aldeias do Douro, no sistema de relações e nos quadros culturais, unindo as populações ribeirinhas nos mesmos trabalhos, sonhos e angústias... O vinho vem alterar profundamente os laços de solidariedade tradicionais, quer em consequência da especialização e mercantilização da agricultura vinhateira, em paralelo com o abandono crescente da criação de gado, da produção cerealífera e de outras culturas (sumagre, linhos, etc.), quer em consequência de uma nova repartição das actividades artesanais, valorizando as que se ligam ao sector vitivinícola (a cestaria, a tanoaria, a arte de pedreiro, etc.). Um novo calendário agrícola, associado ao ciclo da vinha, estabelece novos ritmos de vida,

<sup>2</sup> RIBEIRO, Orlando, *Portugal. O Mediterrâneo e o Atlântico*, (1945), 5.a ed., Lisboa, Sá da Costa, 1987, p. 150-151.

<sup>3</sup> GIRÃO, Amorim, *Esboço de uma carta regional de Portugal*, Coimbra, 1930; TABORDA, Vergílio, *Alto Trás-os-Montes. Estudo geográfico*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1932.

<sup>4</sup> TABORDA, Vergílio, *o.c.*, p. 5.

influenciando a todos os níveis o quotidiano das gentes do Douro<sup>5</sup>. O vinho impõe transformações evidentes nas formas de povoamento, fazendo surgir, pelas encostas vinhateiras, casais e quintas dispersas, criando ou desenvolvendo povoados ribeirinhos. Com o domínio da vinha, cultura que necessita de mão-de-obra abundante e especializada, acentuam-se os processos de proletarização e de mobilidade das gentes. Mobilidade também de produtos e de capitais, que envolve a relação privilegiada com o Porto, centro de armazenamento e escoamento do vinho, relação que o rio facilita. À função comercial, que o Porto desde cedo exerce, vão-se acumulando outras — a de centro de tratamentos dos vinhos, a de centro de crédito e de investimento dos vinhateiros do Douro, a de lugar de afirmação política e social das elites regionais, a de centro de decisão, quer através das sedes das firmas exportadoras, quer através da Companhia, após 1756. Esta relação evolui rapidamente, ao longo dos séculos XVIII e XIX, para uma relação de domínio da cidade sobre a região, paralela à decadência dos centros regionais (em especial Lamego) e à emergência de novos centros intermediários de ligação ao Porto (em especial a Régua e o Pinhão).

## 2. De Pombal a João Franco. Tradição e ruptura

A região é sempre «um produto do tempo»<sup>6</sup>, um espaço físico e humano a que se atribui uma unidade determinada, em que os grupos humanos, dispendo de um conjunto de técnicas, as utilizam para organizar e valorizar esse espaço, no sentido de alcançarem a satisfação de objectivos específicos<sup>7</sup>.

«Produto do tempo», a região é, num certo momento, o resultado de dois vectores fundamentais: a capacidade da aplicação do conjunto de técnicas que os grupos humanos utilizam na organização e valorização do espaço que ocupam e no estabelecimento de fluxos de relações no seu interior e com o exterior; paralelamente, a região é uma história, o

---

<sup>5</sup> A este propósito conviria aprofundar o estudo de algumas das manifestações folclóricas mais persistentes da região, como a chula rabela, ou ainda os grupos de Zés-Pereiras, com os seus bombos, gigantones e cabeçudos, tão populares no Douro, como por todo o Norte do país.

<sup>6</sup> RIBEIRO, Orlando, *Introdução ao estudo da Geografia Regional*, Lisboa, Ed. João Sá da Costa, 1987, p. 125.

<sup>7</sup> FERRO, Gaetano, *Sociedade humana e ambiente no tempo*, 1979, trad. port., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1986, especialmente p. 61-91.

resultado do conjunto de práticas culturais que as gerações sucessivas foram capazes de accionar e manter. Num momento dado, a região integra-se num complexo cultural dinâmico, em que a força da tradição joga um papel de relevo, por vezes mesmo contraditório às capacidades técnicas de que os grupos humanos dispõem, ou, pelo menos, condicionante da sua aplicação<sup>8</sup>.

Os pontos de ruptura, momentos de introdução de inovações e de mudanças significativas nos limites e na organização do espaço regional e do seu sistema de relações, parecem ser aqueles em que se verifica também a quebra dos equilíbrios internos tradicionais, na sequência de crises. É certo que factores externos jogam por vezes no mesmo sentido e tanto mais quanto maior for a abertura ao exterior da região em causa, como no caso do Alto Douro, onde as influências do Porto e das vicissitudes do comércio do vinho se fazem sentir profundamente.

O estudo da história de uma região confronta-se não só com este dinamismo temporal, mas ainda com a diversidade espacial e social, também elas dinâmicas. Relações de solidariedade ou de interdependência, de dominação ou de conflito, movimentos de integração ou de desintegração geram-se entre as sub-regiões e entre os grupos humanos. Tal diversidade implica que uma crise ou um momento de prosperidade não sejam sentidos da mesma forma, ao mesmo tempo e com a mesma intensidade por todos os grupos sociais ou por todo o espaço regional. As rupturas com a tradição ou as inovações não abrangem também nunca, de forma homogénea, o todo regional e social. Porém, as transformações, ao envolverem determinados grupos sociais e determinadas áreas, afectam sempre o sistema de relações, provocam reajustamentos, novos equilíbrios momentâneos, que, com o tempo, podem vir a tornar-se tradicionais.

No caso do Alto Douro, região dominada pela cultura da vinha, não admira que o seu espaço tenha evoluído a par da expansão do vinhedo de qualidade e respectiva valorização pelo comércio exportador.

O obstáculo natural constituído pelo *Cachão da Valeira*, dificultando o transporte dos vinhos produzidos no Douro Superior, tem sido vulgarmente considerado como um limite à expansão do vinhedo para leste. Limite da navegabilidade do rio, constituído por fragões de xisto, que se erguiam de lés a lés no leito, formando cachoeira, esta barreira natural não parece, no entanto, ter tido a importância que lhe é normalmente conferida para

---

<sup>8</sup> *Idem*, p. 297-298.

justificar os limites da demarcação vinhateira empreendida por Pombal. O Alto Douro das demarcações pombalinas (1758-1761), longe de restringir a área vinhateira, ajusta-se aos seus contornos tradicionais<sup>9</sup> e reflecte mesmo o alastrar da exploração vitícola que se vinha desenvolvendo desde o século XVII, em especial nas margens dos afluentes do Douro (Corgo, Varosa, Ceira, Tedo, Távora, Torto, Pinhão, etc.), valorizando especialmente a zona dos famosos vinhos de Lamego, onde a viticultura domina o conjunto da produção agrícola, pelo menos desde o século XVI<sup>10</sup>.

Assim, até finais do século XVIII — princípios do século XIX, mesmo depois de rompido o Cachão da Valeira<sup>11</sup>, o Alto Douro continua a identificar-se com a área das demarcações pombalinas do vinhedo de qualidade<sup>12</sup>, cobrindo o espaço compreendido entre Barqueiros e Ribalonga, na margem norte, a que corresponde uma faixa, ainda mais estreita, na margem sul. Mesmo as *Demarcações Subsidiárias*, realizadas no reinado de D. Maria (1788-1791), num contexto de expansão comercial, continuam a valorizar especialmente a área do Baixo Corgo, polarizada na linha Lobrigos/Régua/Cambres. O papel de centro que a Régua passa a desempenhar, desde meados do século XVIII, advém-lhe do facto da Companhia estabelecer aí os seus armazéns e de ser o local onde se realizam anualmente as feiras de vinhos.

---

<sup>9</sup> FONSECA, Álvaro Baltasar Moreira da, *As demarcações pombalinas no Douro vinhateiro*, 3 vols., Porto, Instituto do Vinho do Porto, 1949-1951.

<sup>10</sup> FERNANDES, Rui, *Descrição do terreno em roda da cidade de Lamego duas leguas...*, 1532, in *Inéditos de História Portuguesa*, tomo V, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1824, p. 546-613. «Assi que se colhe de lavrança no dito compasso 306:700 almudes, e sam os mais excelentes vinhos, e de mais dura que no Regno se podem achar, e mais cheirantes, porque ha vinhos de 4, 5, 6 annos, e de quantos mais annos he, tanto mais excelente, e mais cheiroso...», p. 553.

<sup>11</sup> A obra de demolição do rochedo durou de 1780 a 1792, tendo continuado posteriormente os trabalhos de regularização do leito do rio.

<sup>12</sup> SOUSA, José Jacinto de, *Discurso sobre o Paiz do Douro*, manuscrito inédito do fim do séc. XVIII, conservado na Biblioteca Pública Municipal do Porto (ms. 563): «...Alto Douro, aonde o vinho hé o genero dominante e póde dizer-se o unico de que se valem os lavradores...»; FONSECA, Francisco Pereira Rebelo da, *Descrição económica do território que vulgarmente se chama Alto Douro*, in *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa*, vol. III, Lisboa, 1791, p. 36-72.

No Alto Corgo, se, entre a Régua e o rio Pinhão, podemos detectar alguns grandes vinhedos<sup>13</sup>, para leste deste rio a extensão vinhateira é, nessa altura, bem menor.

Para lá do Cachão da Valeira, o Douro Superior é então uma unidade económica e cultural bem distinta do Alto Douro, onde o vinhedo não tem expressão, com uma agricultura baseada no cultivo de cereais e na criação de gado e com a tradição de um comércio e de centros artesanais dinâmicos<sup>14</sup>, um espaço mais voltado para Espanha. Núcleos dinâmicos de almocreves, alguns deles descendentes de judeus<sup>15</sup>, estabeleceram, desde a Idade Média, um importante fluxo mercantil com as terras de Salamanca, para lá da fronteira, infelizmente ainda pouco estudado<sup>16</sup>. Refira-se ainda que, no Douro Superior, antes da construção da linha de caminho-de-ferro, as linhas de comunicação mais importantes se estabeleciam no sentido norte-sul, relacionando mais facilmente as terras ribeirinhas com Bragança e Miranda, a norte, e com Pinhel e Guarda, a sul, ao inverso do que sucedia no Alto e Baixo Corgo, onde o rio e a relação com o Porto sempre dinamizaram as ligações no sentido este-este.

A partir de meados do século XVII, precisamente quando se assiste ao alastrar da viticultura no Baixo Corgo, um conjunto de circunstâncias irá contribuir para a decadência progressiva das vilas do Douro Superior, que haviam atingido um período de grande prosperidade no século anterior. É o afrouxamento das relações de fronteira na sequência da Guerra da Restauração, é o controle e a perseguição inquisitoriais aos

---

<sup>13</sup> Citem-se, entre outros, os casos das propriedades da Congregação do Oratório do Porto, em Canelas e na foz do Ceira — as quintas do Canal, dos Currais, de Zambujal e da Siderma —; das propriedades dos frades de Salzedas, senhores da enorme quinta da Folgosa (hoje quinta dos Frades), ligada pelo menos desde o século XIV à produção vitícola em grande; das propriedades do mosteiro de S. João de Tarouca, cuja quinta de Mosteiró produzia, por volta de 1530, 15 a 16000 almudes de vinho de «carregação» (FERNANDES, Rui, o.c. p. 552); das propriedades do convento de S. Pedro das Águias; bem como alguns centros produtores nos vales do Pinhão e do Távora.

<sup>14</sup> As ferrarias e os linhos de Moncorvo, a seda de Freixo de Espada-à-Cinta, os cordames e curtumes de Fozcoa...

<sup>15</sup> Sobre os judeus do Douro Superior existem alguns estudos importantes. PAULO, Amílcar, *Os judeus em Trás-os-Montes — subsídios para a sua história*, Bragança, 1964-1965; *Os criptojudeus*, Porto, Athena, s/d; e outros trabalhos deste autor, em particular do concelho de Freixo de Espada-à-Cinta; ALVES, Francisco Manuel, *Os judeus no distrito de Bragança*, Bragança, 1925.

<sup>16</sup> Fluxo não apenas comercial, mas também cultural. Na Universidade de Salamanca estudam muitos portugueses da região.

cristãos-novos, é — já no século XVIII — a violência da *Guerra do Mirandum* (1762), em que as tropas espanholas trazem a destruição e o saque a vilas estratégicas, como Miranda e Moncorvo, afectando o sistema de relações e enfraquecendo as actividades económicas mais dinâmicas. Só então, a partir da segunda metade do século XVIII, se verificam tentativas sérias de quebrar o isolamento, estabelecendo relações para jusante, em que se enquadra a destruição do Cachão da Valeira. No entanto, a consciência das potencialidades vitícolas do Douro Superior é bem mais tardia.

Nos fins do século XVIII, a expansão do vinhedo verifica-se na área do Alto Corgo, entre a Régua e o Pinhão. Surgem aí quintas importantes e a valorização dos seus vinhos cresce com a preferência inglesa por vinhos cada vez mais fortes<sup>17</sup>.

Ao longo da primeira metade do século XIX, é ainda no Alto Corgo que se regista um maior dinamismo vinhateiro, agora ultrapassando já o Pinhão, que se torna o centro polarizador dos vinhos de melhor qualidade, na proximidade das quintas mais famosas (Boavista, Noval, Bonfim, Roeda, Roncão, etc.), algumas das quais virão a ser adquiridas por ingleses, ainda antes de meados do século<sup>18</sup>. O Alto Douro passa a confundir-se frequentemente com a sub-região do Alto Corgo, pelo menos até ao fim do terceiro quartel do século passado<sup>19</sup>.

Entretanto, a abertura do Cachão da Valeira e as obras posteriores de regularização do leito do rio, o afrouxamento da acção fiscalizadora da Companhia, a partir das últimas décadas do século XVIII, e o aumento contínuo da procura externa vieram possibilitar o arrojo de alguns

---

<sup>17</sup> Note-se a importância assinalada por Rebelo da FONSECA aos vinhos produzidos nessa altura entre a Régua e Covelinhas: «... este terreno he o que produz os vinhos mais finos, e delicados de todo o Alto-Douro; a sua terra he menos productiva, porém a natureza compensa com a bondade dos fructos a falta de abundancia» (o.c., p. 52).

<sup>18</sup> É o caso das quintas da Boavista, Cachucha e Ujo, situadas na freguesia de Covas do Douro, concelho de Sabrosa, adquiridas pela família Forrester, ou a quinta da Roeda, na freguesia de Casal de Loivos, concelho de Alijó, adquirida pela firma Taylor, Fladgate & Yeatman.

<sup>19</sup> Veja-se, por exemplo, SOARES, Rodrigo de Moraes, *Mémoire sur les vins du Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1878. O autor estabelece a divisão do Douro vinhateiro em *Douro Inferior* (de Barqueiros ao Corgo), *Alto Douro* (do Corgo ao Tua) e *Douro Superior* (do Tua à fronteira).

capitalistas e grandes proprietários de se lançarem na constituição de quintas no Douro Superior. O movimento inicia-se em 1820 com a formação da quinta do Silho, no concelho de Figueira de Castelo Rodrigo, onde Miguel António Ferreira faz uma plantação de cerca de 25 ha de vinha. A quinta, dispondo de quase 120 ha de terras, produzirá, por volta de 1875, muito azeite (10 pipas), amêndoas (300 arrobas), centeio, frutas, além do vinho e da criação de gado<sup>20</sup>. Segue-se, em 1823, a quinta do Vesúvio -- anteriormente designada por quinta das Figueiras --, no concelho de Vila Nova de Fozcoa. António Bernardo Ferreira, que a tomou de *foro perpétuo* ao conde da Lapa, encontrou-a coberta de grandes extensões de matagal, produzindo apenas uns 10 almudes de azeite e 180 a 200 alqueires de centeio. Durante vários anos, o «capitalista da Régua» procede aí à plantação de cerca de 600 milheiros de bacelos numa área de 140 ha. Após a sua morte, e sobretudo a partir de 1850, sob a direcção de sua sobrinha e nora, D. Antónia Adelaide Ferreira, alargam-se os limites da quinta até cerca de 300 ha, com a aquisição de quintas e parcelas vizinhas, e fazem-se novas plantações<sup>21</sup>. Por meados do século, o barão de Forrester apenas assinala no seu mapa, no espaço correspondente ao Douro Superior, as quintas das Forneiras, dos Canais e do Cláudio, na margem norte, e as de Santo Xisto, de Vargelas, de Arnozelo, do Vesúvio, do Pocinho, do Daniel, das Tulhas, do Olga e do Silho, na margem sul<sup>22</sup>.

Só a partir de meados do século, o movimento de expansão do vinhedo no Douro Superior se intensifica, beneficiando em boa parte da quebra da produção no Alto e Baixo Corgo, com a invasão do *oídio*.

Detectado por volta de 1852 nos vinhedos do concelho de Peso da Régua, o *oídio* espalha-se rapidamente por toda a região, provocando uma forte quebra da produção vinícola, especialmente a partir de 1856, altura em que desce a menos de 20% em relação aos últimos anos da década anterior. Nos anos 60, quando a filoxera começa a atacar os vinhedos durienses, no concelho de Sabrosa, primeiro na quinta da Azinheira, em Gouvinhas, depois ao longo da ribeira de Covas, é já conhecido o tratamento eficaz contra o *oídio*, através do enxoframento. Mas, os efeitos da doença não deixam de se manifestar. Em certos casos,

---

<sup>20</sup> VILA MAIOR, Visconde de, *O Douro Ilustrado*, Porto, Magalhães & Moniz, 1876, p. 69-77.

<sup>21</sup> Idem, p. 91 e segs.; MONTEIRO, Manuel, *O Douro, Principais quintas, navegação, culturas, paisagens e costumes*, Porto, Imprensa Moderna, 1911, p. 69-72.

<sup>22</sup> FORRESTER, Joseph James, *O Douro portuguez e paiz adjacente...*, 1848.



a destruição causada pelo oídio obriga mesmo à replantação, como aconteceu na quinta do Noval<sup>23</sup>. São, no entanto, casos isolados. O mais importante parece-nos ser o enfraquecimento geral da vinha, até porque muitos proprietários manifestam inicialmente relutância ao emprego do enxofre, que consideram prejudicial ao sabor do vinho. Ultrapassada essa relutância inicial, o tratamento do oídio impôs um aumento sensível do custo de produção, com uma nova parcela nos grangeios, e alterações no calendário agrícola, efeitos só momentaneamente compensados pelo aumento do preço do vinho<sup>24</sup>.

QUADRO I — ARROLAMENTO E EXPORTAÇÃO DE  
VINHOS DO DOURO  
(média anual, em pipas)

ANOS	ARROLAMENTO	EXPORTAÇÃO
1841-45	80 892	29 260.4
1846-50	97 451.9	36 415.4
1851-55	68 816.5	38 778.6
1856-60	25 091.2	26 890.6

(Fonte: JUSTINO, David, *A formação do espaço económico nacional. Portugal 1810-1913*. 2.º vol. Lisboa, Vega, 1989, p. 76)

A extinção dos privilégios da velha Companhia da Agricultura das Vinhas do Alto Douro e o regime de liberdade de exportação pela barra do Douro para todos os vinhos portugueses (carta de lei de 7 de Dezembro de 1865) vêm facilitar ainda mais a expansão do vinhedo no Douro Superior. Ao nível regional, estas medidas simbolizam a destruição de facto da linha de demarcação tradicional, que, como vimos, vinha sendo já ultrapassada por alguns grandes proprietários. O regime de liberdade

<sup>23</sup> Replantada por José Maria Rebelo Valente, exportador de vinhos da cidade do Porto, que a comprou muito arruinada após a invasão do oídio. MONTEIRO, Manuel, *o.c.*, p. 101 e segs.

<sup>24</sup> O mesmo se passará, aliás, com o surto de outras doenças, em especial o míldio, detectado em 1893. VILARINHO DE S. ROMÃO, Visconde de, *Flagelos da videira*, Porto, Magalhães & Moniz, 1891; VILHENA, F. A. Palma de, *Relatório dos serviços oficiais da estação ampelo-filoxerica do Norte em 1895*, «Boletim da Direcção geral de Agricultura», n.º 4, Lisboa, Imprensa Nacional, 1895.

comercial permitirá acentuar a dependência da agricultura duriense face ao comércio exportador do Porto, num momento em que este passa a dispôr da liberdade de comerciar com outros vinhos.

Apesar da consciência das potencialidades vinhateiras do Douro Superior<sup>25</sup>, o movimento de novas plantações nessa área é ainda relativamente lento até aos anos 80<sup>26</sup>. Só a partir de então se farão sentir nitidamente os efeitos da invasão filoxérica no reordenamento do espaço regional. O ataque do insecto, mais precoce e mais violento sobre as vinhas do Alto Corgo, veio permitir a valorização decisiva das vinhas do Douro Superior, conduzindo a grandes plantações nessa área, de tal forma que, nos fins do século, há já quem considere que o seu vinhedo ultrapassava em quantidade e em qualidade o vinhedo tradicional do Alto e Baixo Corgo<sup>27</sup>. O caminho-de-ferro virá, por essa altura, facilitar este movimento. Iniciada a construção da linha do Douro no princípio dos anos 70, apenas se encontra em exploração nos 38 Km de Ermesinde a Caíde em 1876. Mas, no início da década seguinte, beneficia já grande parte das estações do Douro, estando em 1885 concluída a ligação à fronteira. Em 1884-87 constrói-se o ramal da linha do Tua até Mirandela. O caminho-de-ferro cedo se revela um dos mecanismos mais poderosos na reestruturação do espaço regional. Facilita a expansão do vinhedo no Douro Superior, permite a deslocação rápida de produtos e de gentes, acelera a ligação ao Porto, introduzindo-se como elemento dinamizador nas aldeias e vilas durienses, alterando as noções de tempo e de espaço tradicionais.

As demarcações de 1907-1908, alargando definitivamente até à fronteira a área de produção do vinho do Porto, vêm traduzir o alastrar do vinhedo para leste.

Ao iniciar o seu governo de ditadura a 10 de Maio de 1907, João Franco assina o decreto que vem regulamentar a produção, venda,

---

<sup>25</sup> Veja-se, por exemplo, VILA MAIOR, *o.c.*, p. 12.

<sup>26</sup> Ainda em 1876 escrevia o visconde de VILA MAIOR: «a partir da foz do Côa aparecem aqui e ali, de um e outro lado, dispersas por essas encostas, algumas vinhas, todas de recente data, que são apenas um indício de que a viticultura começa timidamente a ensaiar-se nestes sítios...» (*o.c.*, p. 80).

<sup>27</sup> Di-lo explicitamente um dos homens que melhor conhece a região, Afonso do Vale Pereira Coelho CABRAL, proprietário das importantes quintas do Cachão (em Vilarouco, concelho de S. João da Pesqueira) e de Monsul (em Cambres, concelho de Lamego): «... se hoje existem diferenças, são todas em favor do Douro Superior...». *A região vinhateira do Alto Douro desde Barca de Alva até ao Cachão da Valeira*, «Boletim da Direcção Geral da Agricultura», 6.º ano, n.º 3, Lisboa, Imprensa Nacional, 1895, p. 346.

exportação e fiscalização dos vinhos portugueses, e demarcar a região do Douro, alargando-a excessivamente. Nela ficam integrados na sua totalidade os concelhos de Mesão Frio, Peso da Régua, Santa Marta de Penaguião, Vila Real, Valpaços, Murça, Sabrosa, Alijó, Carrazeda de Ansiães, Vila Flor, Mirandela, Alfândega da Fé, Torre de Moncorvo, Freixo de Espada-à-Cinta, Figueira de Castelo Rodrigo, Meda, Vila Nova de Fozcoa, S. João da Pesqueira, Tabuaço, Armamar e Lamego, e a freguesia de Barrô do concelho de Resende.

No ano seguinte, considerando-se os exageros da anterior demarcação, o decreto de 27 de Novembro do governo do almirante Ferreira do Amaral irá optar pela demarcação por freguesias, reduzindo a área produtora de vinho do Porto praticamente ao espaço da actual demarcação, que corresponde à que foi estabelecida pelo decreto de 10 de Dezembro de 1921<sup>28</sup>.

No entanto, continuam a verificar-se diferenças intra-regionais sensíveis, quer no que diz respeito à extensão do vinhedo, quer em relação à organização da propriedade, quer em relação às estratégias que orientam os comportamentos dos actores sociais.

### 3. Filoxera, transformação social e reorganização do espaço regional duriense

A crise desencadeada pela invasão filoxérica vem jogar um papel decisivo na produção do espaço regional que hoje entendemos por Alto Douro. Ao destruir grande parte do vinhedo duriense, desorganiza o sistema de relações, provoca mudanças significativas nos limites e na organização do espaço regional, facilitando a ruptura com práticas tradicionais e a introdução de inovações<sup>29</sup>.

---

<sup>28</sup> Cf. FONSECA, A. B. Moreira da, GALHANO, Fernando, PIMENTEL, E. Serpa, e ROSAS, José António, *O vinho do Porto, Notas sobre a sua história, produção e tecnologia*, Porto, Instituto do Vinho do Porto, 1981, p. 55-69.

<sup>29</sup> Sobre a invasão filoxérica no Alto Douro e as alterações económicas e sociais mais importantes, destaquem-se alguns trabalhos importantes: PEREIRA, Miriam Halpern, *Livrecâmbio e desenvolvimento económico. Portugal na segunda metade do século XIX*, Lisboa, Cosmos, 1971, especialmente p. 149-164; LEMA, Paula Bordalo, *O Alto Douro*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos 1981, especialmente p. 24-36. A propósito das transformações nas práticas culturais vitivinícolas: FONSECA, A. B. Moreira da, *Práticas culturais nos vinhedos durienses antes e depois da invasão filoxérica*, «Anais do Instituto do Vinho do Porto», Porto, I.V.P., 1940, p. 31-63.

### 3.1. A invasão da filoxera

Conhecem-se ainda relativamente mal as origens da invasão filoxérica no Alto Douro. A proximidade cronológica da crise do oídio e o desconhecimento das características da *nova moléstia* fazem com que muitos lavradores continuem a associar o enfraquecimento das suas vinhas à primeira daquelas doenças.

Só em 1872 nos surgem na imprensa os primeiros sinais de alerta. Alguns jornais do Porto e a imprensa especializada em temas agrícolas passam a difundir notícias da crise em França e a transcrever cartas de lavradores do Douro, contribuindo para a criação de um clima de pânico<sup>30</sup>.

O governo nomeia uma Comissão, presidida pelo conselheiro Rodrigo de Moraes Soares, para estudar a situação. Esta Comissão Central, com sede em Lisboa, cria duas delegações, uma em Coimbra, dirigida pelo visconde de Vila Maior, e outra no Porto, constituída por José Duarte de Oliveira Júnior, António Batalha Reis e Jaime Batalha Reis. Esta última, encarregada de estudar a nova moléstia das vinhas, desloca-se ao Douro, visitando 70 propriedades em 4 concelhos (Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Peso da Régua e S. João da Pesqueira), encontrando em todos eles focos de infecção. No seu relatório, a Comissão faz remontar a presença da filoxera no Douro à primavera de 1863, nas vinhas da quinta dos Montes ou da Azinheira, em Gouvinhas, de António de Melo Vaz de Sampaio<sup>31</sup>. Nesta quinta, que costumava produzir 60 a 70 pipas de vinho antes da filoxera, a produção baixa para 55 pipas em 1865, cerca de 19 em 1869, 8 em 1870 e 1 em 1872<sup>32</sup>. Algumas videiras americanas importadas pelo proprietário desta quinta parecem ter estado na origem deste foco inicial.

Nos anos 60, o alastrar da filoxera é bastante lento, correspondendo a uma fase de adaptação do insecto às condições naturais da região. As

---

<sup>30</sup> BARROS, José Lopes Monteiro de, *A nova molestia das vinhas*, «Jornal do Porto», n.º 99, 1872; OLIVEIRA JÚNIOR, José Duarte de, *Novo flagello das vinhas*, Porto, Jornal de Horticultura Prática, 1872; ROEDA, Barão de, *O philoxera no Alto Douro. carta dirigida aos seus irmãos lavradores do paiz vinhateiro*, Porto, 1872.

<sup>31</sup> Cf. *A nova moléstia das vinhas no Douro. Relatório apresentado à Comissão Central pela delegação encarregada de estudar no Douro a nova molestia das vinhas*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1873, p. 15-16.

<sup>32</sup> OLIVEIRA JÚNIOR, José Duarte de, *o. c.*, p. 7; MELO, Lopo Vaz de Sampaio e, *Apontamentos sobre a nova molestia das vinhas*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1875, p. 8.

referências documentais que encontramos referem-se apenas, além deste foco inicial, a vinhedos do vale da ribeira de Covas (Fojos e outras vinhas)<sup>33</sup>.

A partir destes focos, situados no concelho de Sabrosa, a filoxera irá espalhar-se pelos diversos concelhos do Alto Corgo, na primeira metade da década de 70<sup>34</sup>.

As incertezas são muitas. A doença é ainda mal conhecida e os meios de tratamento muito mais. Os lavradores utilizam as mais variadas drogas na tentativa de salvar as vinhas (petróleo, cal, pez, etc.). A invasão precoce da filoxera na área tradicional do vinhedo duriense, segundo alguns autores da época contemporânea da invasão das vinhas do sul de França, país de onde nos vinham então os conhecimentos mais avançados no domínio da agronomia, não possibilita o emprego na região de meios eficazes de combate à doença, ainda mal conhecidos.

## QUADRO II — CRONOLOGIA DA INVASÃO FILOXÉRICA NOS PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES DE VINHOS DA EUROPA

PAÍS	DATA DA DESCOBERTA DA DOENÇA	ÁREA DE VINHA (ha)	PRODUÇÃO ANUAL DE VINHO (hl)
França	1863	2 430 600	61 000 000
Portugal	1863	200 000	3 720 000
Austria	1872	210 000	3 692 000
Suiça	1874	34 000	1 211 000
Alemanha	1874	150 000	2 500 000
Hungria	1875	425 000	8 506 000
Espanha	1878	1 400 000	30 000 000
Itália	1879	1 870 000	27 136 000

(Fonte: OLIVEIRA Manuel Paulino de, *Relatório da Comissão de estudo e tratamento das vinhas do Douro*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1880, p. 23)

<sup>33</sup> BARROS, José Lopes Monteiro de, carta citada, transcrita no «Jornal do Porto».

<sup>34</sup> Em 1875, Lopo Vaz de Sampaio e MELO (*o. c.*, p. 20) indica um aumento de intensidade da doença nas freguesias de Gouvinhas e Covas do Douro e o aparecimento de focos de infecção em Celeirós, Ervedosa, S. Cristóvão, Casal de Loivos, Castedo, Roncão, Galafura, Covelinhas e outros pontos do Alto Corgo, bem como em algumas vinhas do Baixo Corgo.

Só em 1876 se sucedem as primeiras experiências com sulfureto de carbono na quinta de Chancelheiros, em Covas do Douro, propriedade do visconde de Chancelheiros, e a enxertia de cepas americanas na quinta de Val de Figueira, na mesma freguesia, do Dr. Joaquim Pinheiro de Azevedo Leite<sup>35</sup>. No entanto, a maioria dos lavradores continua a utilizar os processos tradicionais de cultivo e tratamento das vinhas. Impotentes perante o avanço da filoxera, muitos limitam-se a implorar a intervenção divina para os salvar do mal. Ainda nos anos 80 se organizam procissões e preces colectivas nas aldeias e vilas do Douro com esse objectivo<sup>36</sup>.

Aliás, a situação não parece ainda calamitosa antes da segunda metade da década de 70. O visconde de Vila Maior, autor da obra mais importante que se publica nessa altura sobre a viticultura duriense, dá-nos uma imagem de grande prosperidade do vinhedo, referindo-se apenas de passagem à presença da filoxera, precisamente no seu foco original<sup>37</sup>. Um observador inglês atento — Henry Vizetelly — dá-nos pouco depois uma imagem semelhante<sup>38</sup>.

A partir de 1878, as notícias sobre a filoxera tornam-se cada vez mais abundantes, correspondendo ao avanço rápido da doença.

Em 1878, Rodrigo de Moraes Soares, reconhecendo a impossibilidade de determinação exacta da extensão das vinhas afectadas e da quantidade de vinho perdido, calcula a devastação em cerca de 4 200 ha de vinhedo e 33 600 hl de vinho<sup>39</sup>. Nesse mesmo ano, começam a conhecer-se focos de infecção fora da área do Douro, nos concelhos de Macedo de Cavaleiros e Mirandela.

---

<sup>35</sup> *Reconstituição da vinha europeia pela enxertia sobre cepas americanas*, «Boletim da Direcção Geral da Agricultura», 5.º ano, n.º 12, 1893, p. 937 e segs.

<sup>36</sup> Leia-se, por exemplo, a seguinte notícia do «Jornal da Régua» de 10 de Julho de 1880, sob o título «Procissão de Penitencia»: «No domingo houve procissão de penitencia, promovida pelos habitantes de Cambres, para implorar a protecção divina contra os estragos da phylloxera. A procissão sahiu de Cambres, levando em grande pompa a imagem do Senhor dos Passos, e seguiu até à Senhora dos Remédios, em Lamego. Os penitentes seriam proxivamente 3:000 e viam-se entre elles grande porção de senhoras.»

<sup>37</sup> VILA MAIOR, Visconde de, *o. c.*, p. 129.

<sup>38</sup> VIZETELLY, Henry, *No País do Vinho do Porto* (trad. portuguesa do cap. «In the Port Wine Country» da obra *Facts about Port and Madeira*, Londres, 1880), Porto, Instituto do Vinho do Porto, 1947.

<sup>39</sup> SOARES, Rodrigo de Moraes, *o. c.*, p. 35 e mapa anexo.

### QUADRO III — CRONOLOGIA DA INVASÃO FILOXÉRICA NO DOURO

ANOS	CONCELHOS INVADIDOS
1863	Sabrosa
1871	Santa Marta de Penaguião
1872	Peso da Régua, Alijó, Tabuaço, S. João da Pesqueira
1874	Armamar
1875	Vila Real
1878	Mirandela
1879	Lamego, Carrazeda de Ansiães, Vila Nova de Fozcoa, Figueira de Castelo Rodrigo
1880	Murça, Vila Flor, Meda, Alfândega da Fé
1881	Mesão Frio, Torre de Moncorvo
1882	Freixo de Espada-à-Cinta
1885	Resende

(Fonte: «Boletim da Direcção Geral de Agricultura», 1893, p. 937 e segs; SOARES Rodrigo de Morais, *Mémoire sur les vins du Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1878, mapa anexo)

Em 1880 estão já atacados quase todos os concelhos do Alto Douro, à excepção de Mesão Frio e Moncorvo (afectados em 1881), Freixo de Espada-à-Cinta (1882) e Resende (1885)<sup>40</sup>. Nesse ano, Paulino de Oliveira calcula o decréscimo da produção vinícola do Douro em 30 000 pipas anuais, ou seja, um terço da produção anterior à invasão filoxérica<sup>41</sup>.

É por esta altura que se intensificam também os esforços para combater a doença.

Pelo decreto de 7 de Agosto de 1878, o governo cria uma nova *Comissão de estudo e tratamento das vinhas do Douro*, constituída por quinze membros, sob a direcção do visconde de Vila Maior, instalada no Porto. Cria-se uma *Comissão executiva*, a que preside Paulino de Oliveira, com sede na Régua, e nomeam-se *comissões de vigilância* nos diversos concelhos do Douro. Estabelecem-se *postos experimentais* na quinta do Porto (Sabrosa), na quinta da Plombeira (Pesqueira), nas Arcas (Macedo de Cavaleiros) e na Régua.

<sup>40</sup> «Boletim da Direcção Geral da Agricultura», 1893, p. 937 e segs.

<sup>41</sup> OLIVEIRA, Manuel Paulino de, *Relatório da comissão de estudo e tratamento das vinhas do Douro*, Lisboa, Imprensa nacional, 1880, p. 26.

A carta de lei de 16 de Junho de 1880 autoriza o governo a conceder o transporte gratuito por caminho-de-ferro do sulfureto de carbono e outros insecticidas e adubos para as vinhas; estabelece a livre importação de matérias-primas para o fabrico de insecticidas<sup>42</sup>; obriga os proprietários ao tratamento das vinhas filoxeradas; estabelece a necessidade de autorização prévia para o plantio de cepas americanas; autoriza o governo a despendere até 25 000\$000 rs anuais com os serviços filoxéricos<sup>43</sup>.

QUADRO IV — CONSUMO DE SULFURETO DE CARBONO  
(1879-80 A 1891-92)<sup>44</sup>

ANOS ECONÓMICOS	SULFURETO DE CARBONO (em Kg)
1879-80	26 505
1880-81	85 113
1881-82	52 326
1882-83	119 974
1883-84	218 972
1884-85	381 200
1885-86	592 914
1886-87	929 286
1887-88	910 384
1888-89	946 499
1889-90	1 340 606
1890-91	1 783 720
1891-92	1 417 646

(Fonte: CABRAL, Afonso do Vale Pereira Coelho, *A região vinhateira do Alto Douro...*, «Boletim da Direcção Geral da Agricultura», Lisboa, 1895, p. 470).

Em 1881, a carta de lei de 8 de Junho autoriza o governo a vender o sulfureto de carbono aos viticultores por um terço do custo de produção;

<sup>42</sup> A fábrica de sulfureto de carbono da serra do Pilar foi mandada construir pelo governo em 1878, começando a laborar em 1880. Cf. BRITO, F. de Almeida, *Le phylloxera et les autres epiphyties de la vigne en Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1884, p. 31.

<sup>43</sup> «Boletim da Direcção Geral da Agricultura», 1893, p. 937 e segs.

<sup>44</sup> As quantidades referem-se ao consumo de sulfureto de carbono em todo o país, mas, segundo Afonso do Vale Pereira Coelho CABRAL (*o.b.*, p. 470), cerca de 60% do total é gasto no Douro.



isenta de contribuições, por 5 anos, as vinhas filoxeradas que se restabeleçam através dos tratamentos aconselhados, e, por 10 anos, as vinhas plantadas de novo; passa para o Estado a carga das despesas com a instrução primária nas freguesias cujos vinhedos tenham sido destruídos; aumenta as dotações dos serviços anti-filoxéricos<sup>45</sup>.

Nesse mesmo ano, o governo autoriza a cultura experimental do tabaco na estação ampelo-filoxérica do Douro, sendo em 1884 autorizado o cultivo a particulares, limitando a área total dessa cultura na região a 1000 ha (carta de lei de 12.3.1884 e decreto regulamentar de 13.3.1884). Já em 1857, aquando da crise do oídio, tinha sido solicitado ao governo autorização para a introdução desta cultura no Douro pelo 1.º visconde de Vilarinho de S. Romão, António F. Girão<sup>46</sup>. Durante a crise filoxérica, foi o barão das Lages, também proprietário na freguesia de Vilarinho de S. Romão, quem mais se empenhou para que o governo autorizasse a cultura do tabaco no Douro, cultura a que já aí se procedia a ocultar, principalmente para abastecer a colónia dos jornaleiros galegos<sup>47</sup>.

### 3.2. Os problemas comerciais

Tem-se por vezes salientado a coincidência cronológica entre a crise agrícola, desencadeada pela invasão da filoxera, e a crise comercial dos vinhos<sup>48</sup>. No caso duriense, a crise comercial, que se declara a partir dos fins da década de 80, vem sobrepor-se à crise agrícola, acentuando os seus efeitos, mas parece-nos ser de distinguir uma fase anterior, em que as dificuldades da viticultura coincidem com um momento de prosperidade comercial.

Na década de 80 o volume de vinho do Porto exportado anualmente quase duplica em relação ao da década de 60 (60 529 pipas contra 32 522)<sup>49</sup>.

---

<sup>45</sup> «Boletim da Direcção Geral da Agricultura», 1893, artigo citado.

<sup>46</sup> VILARINHO DE S. ROMÃO, Visconde de, *Viticultura e vinicultura. Trás-os-Montes e Alto Douro Central*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1896, p. 544.

<sup>47</sup> LEAL, Pinho, *Portugal Antigo e Moderno*, artigo «Vilarinho de S. Romão», vol. XI, Lisboa, Liv. Ed. de Tavares Cardoso & Irmão, 1886, p. 1376. Este artigo, como outros de excelente qualidade, é da autoria de Pedro Augusto Ferreira, abade de Miragaia, o qual conhecia bem a região do Douro, de onde era originário e onde paroquiou também.

<sup>48</sup> Por exemplo, PEREIRA, Miriam Halpern, *o. c.*, p. 248 e segs.

<sup>49</sup> *Idem*, p. 255; TENREIRO, A. Guerra, *Douro. Esboços para a sua história económica — conclusões*, Porto, Instituto do Vinho do Porto, 1944, p. 107.

A crise dos vinhedos do sul de França, facilitando o escoamento de vinhos de outros países, provoca em Portugal um movimento de expansão da viticultura no litoral e no sul<sup>50</sup>, em particular no Ribatejo e na Estremadura, num momento em que a importação de trigo americano barato impele áreas tradicionalmente cerealíferas para a produção vitícola, mais compensadora e de mais fácil escoamento<sup>51</sup>.

Entre 1874 e 1878 registam-se, segundo Rodrigo de Moraes Soares, importantes alterações no sector vitivinícola nacional:

- aquisição de novos mercados;
- extensão do vinhedo a novas áreas produtoras, «estendendo-se a todos os pontos do reino, à excepção de Montalegre»;
- diversificação, em qualidade e em preços, dos tipos de vinhos exportados;
- desenvolvimento dos estudos ampelográficos e enológicos por comissões oficiais, com vista ao aperfeiçoamento da qualidade do produto<sup>52</sup>.

Tendo atingido volumes muito baixos, em resultado da crise do oídio, entre a segunda metade da década de 50 e meados da década seguinte, a produção vinícola recupera depois, depressa ultrapassando os níveis de meados do século. Mas, a distribuição regional do produto altera-se profundamente a partir de então. A viticultura nortenha perde importância a favor da do sul, menos tocada pelas doenças e onde o movimento de expansão do vinhedo é mais intenso<sup>53</sup>.

O ataque tardio da filoxera nos vinhedos do litoral e do sul, a partir dos anos 80, esteve longe de constituir o drama vivido pelos lavradores do Douro, já então com a maior parte das suas vinhas destruídas. Nas terras fundas e mais produtivas do litoral e do sul, onde o custo de replantação da vinha é muito mais baixo que no Douro, a destruição provocada pelo insecto, no momento em que já se conhecem os meios de combate à doença, não consegue travar o movimento de expansão do vinhedo.

---

<sup>50</sup> É o fenómeno da «febre vitícola», estudado por Miriam Halpern PEREIRA, *o.c.*, p. 164 e segs.

<sup>51</sup> BRITO, Elvino de, *Assumptos agrícolas. A propósito da crise vinícola. Memória e documentos*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1889, p. 62-67.

<sup>52</sup> SOARES, Rodrigo de Moraes, *o.c.*, p. 31-35.

<sup>53</sup> JUSTINO, David, *o.c.*, 2.<sup>o</sup> vol., p. 791, especialmente o quadro sobre a distribuição regional da produção de vinhos de 1848-49 a 1916-23.

Até aos anos 80, na fase de prosperidade comercial dos vinhos, coincidente com a destruição dos vinhedos franceses pela filoxera, interessa ao comércio exportador do Porto a recuperação vitícola do Douro. É certo que o regime de liberdade comercial, a facilidade de escoamento e a destruição do vinhedo tradicional do Douro, impelem alguns negociantes à utilização de vinhos de outras regiões e de álcool industrial no fabrico de «vinhos do Porto inferiores». Mas, estas práticas não deverão ter sido mais que esporádicas até aos anos 80, empoladas por vezes pela imprensa da época.

**QUADRO IV — PRODUÇÃO DE VINHO  
NOS CONCELHOS ACTUALMENTE INCLUIDOS  
NA REGIÃO DO DOURO, EM 1866, 1882 E 1892 (em litros)**

CONCELHO	1866*	1882**	1892**
Alfândega da Fé	273 000	777 300	192 000
Carrazeda de Ansiães	649 300	1 909 530	1 848 700
Freixo de Espada-à-Cinta	115 000	285 000	310 000
Torre de Moncorvo	387 200	1 542 960	489 000
Vila Flor	151 200	1 796 000	446 000
Mirandela	104 100	550 000	73 500
Figueira de Castelo Rodrigo	365 400	308 880	666 000
Meda	?	1 680 000	2 832 000
Vila Nova de Fozcoa	80 400	3 226 080	2 250 000
Alijó	8 698 500	6 499 500	5 692 000
Murça	4 194 400	4 933 499	1 702 000
Sabrosa	5 657 800	1 411 658	1 802 000
Armamar	873 600	2 719 000	950 400
S. João da Pesqueira	2 302 000	750 140	1 130 950
Tabuaço	136 900	553 480	528 400
Peso da Régua	8 316 800	5 716 800	7 021 000
Vila Real	3 346 600	3 124 440	5 358 000
Mesão Frio	2 143 300	4 485 760	2 188 000
S.ta Marta de Penaguião	3 275 400	4 031 120	4 058 000
Lamego	1 325 900	4 684 400	2 923 900
Resende	?	708 500	503 800

(Fonte: \* SILVA, Rebelo da, *Compêndio de economia rural*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1868, p. 215-218; \*\* «Anuário Estatístico de Portugal», anos de 1884 e 1892)

Nesta fase, a maioria dos negociantes exportadores da praça do Porto, entre os quais predominam as antigas firmas inglesas, dirigidas por conhecedores do produto e do mercado, não teria vantagens na

desvalorização do produto, pelo menos enquanto houvesse esperanças na recuperação do vinhedo duriense. Como explicar então o aumento das exportações num momento em que grande parte das vinhas do Douro, que produziam o vinho do Porto, se encontram destruídas? Pensamos que o recurso utilizado, pelo comércio exportador terá sido o aproveitamento de outros vinhos da região, anteriormente destinados à venda como vinhos de consumo corrente no mercado interno ou ao fabrico de aguardentes. É este facto que justifica a valorização decisiva dos vinhos da Meda, de Murça, de Fozcoa e de outros concelhos onde até então a viticultura tinha expressão diminuta. Apesar do ataque filoxérico, as estatísticas oficiais revelam elevadas produções desses vinhos correntes nos concelhos durienses, bem como preços relativamente elevados, o que indicia uma expansão dessas áreas de vinhedo e a venda, pelo menos parcial, desses vinhos ao comércio exportador.

Por isso, até anos 80 não se vislumbram conflitos entre a agricultura duriense e o comércio exportador de vinhos. O mesmo se diga em relação ao conflito de interesses entre o Douro e o Sul, que virá a tornar-se por vezes violento nos fins do século XIX e no início do século XX.

No final dos anos 80, as dificuldades comerciais são evidentes. Retraem-se os principais mercados importadores de vinhos portugueses. A França, que absorvera grandes quantidades dos nossos vinhos até então, com a destruição dos seus vinhedos pela filoxera, tinha entretanto reconstituído parte deles e beneficiava da expansão do vinhedo argelino<sup>54</sup>. A Inglaterra, adoptando o sistema de escala alcoólica na tributação alfandegária dos vinhos importados, agravava os direitos a pagar pelos vinhos mais fortes, sobretudo após a tabela de 1881<sup>55</sup>. O Brasil, que se tornara, desde os anos 60, um dos mercados mais importantes do vinho do Porto, chegando a representar, no início dos anos 80, mais de 40% do total das exportações do produto, reduz depois drasticamente, na segunda metade da década, a importação a menos de um terço, em boa parte devido ao prosperar das falsificações<sup>56</sup>. As imitações de vinhos do Porto tornam-se, aliás, abundantes nos nossos principais mercados, onde se vendem os *Tarragona Ports*, os *Hamburg Ports*, os *French Ports*, os *Cap Ports*, e outros, por preços substancialmente inferiores aos *Port Wines* genuínos.

---

<sup>54</sup> PEREIRA, M. Halpern, *o. c.*, p. 259.

<sup>55</sup> Associação Comercial do Porto, *A questão dos vinhos. Representação dirigida ao Parlamento...*, Porto, «Tip. do Comércio do Porto», 1906, p. 19.

<sup>56</sup> PEREIRA, M. Halpern, *o. c.*, p. 255.

O mesmo acontece, de resto, com vinhos de qualidade de outros países, como o Jerez<sup>57</sup>.

Redução dos mercados tradicionais, aumento da concorrência, imitações, baixa de preços. É então que se incrementa em alguns armazéns de Gaia o fabrico de vinhos com a marca «Porto», a partir de misturas mais ou menos suspeitas, como tentativa de oferecer um produto barato, capaz de concorrer no mercado externo com vinhos de outros países e com imitações. Na polémica que se gera em torno esta questão, na viragem do século, forças poderosas, como a Associação Comercial do Porto, representante do comércio exportador da cidade, assumem a defesa dessas práticas, em prol dos interesses comerciais.

*«Por demais é sabido — lê-se numa representação ao Parlamento — que a mistura e lotação de vinhos, a combinação de massas para dar um producto que o mercado reclama, tanto no sentido de corrigir e aperfeiçoar os typos como no de baratear e harmonisar as condições economicas de venda, perante as exigencias cada vez maiores da clientela do exterior, são cousas que hão de fazer-se sempre (...) e se entre o commercio exportador d' esta cidade ha quem entenda que, para a composição das classes communs d' esses vinhos, se torna conveniente ou mesmo indispensavel a lotação dos typos produzidos em mais do que uma região do paiz, e se usa com proficiencia d' esse processo nas suas expedições, exportando um produto escrupulosamente composto por forma a poder guerrear com vantagem os typos de fabricação estrangeira, nem por isso se póde inferir que tal producto deixe de ser considerado como vinho do Porto (...）」<sup>58</sup>.*

A par da mistura de vinhos de outras regiões no fabrico de «vinhos do Porto», o desenvolvimento da produção de álcoois industriais e a utilização de alguns deles como sucedâneos de aguardentes víquicas vem agravar ainda mais o escoamento dos vinhos do Douro e facilitar as falsificações baratas.

---

<sup>57</sup> LEMPS, Alain Huetz de, em *Les vins genereux des pays ibériques et le marché européen*, 1.<sup>as</sup> Jornadas de Estudo Norte de Portugal — Aquitânia (1984), Porto, CENPA, 1986, p. 138, refere as fraudes frequentes que se verificavam em relação aos vinhos do Jerez.

<sup>58</sup> Associação Comercial do Porto, o. c., p. 10-11.

Refira-se, no entanto, que a maioria das casas exportadoras estrangeiras da praça do Porto continua a opôr-se aos processos de falsificação do produto tradicional<sup>59</sup>.

Reconstituídos muitos vinhedos do Douro, parte deles formando extensas propriedades adquiridas por comerciantes e capitalistas do Porto, a produção de vinhos durienses encontra, assim, dificuldades crescentes de escoamento a preços compensadores dos capitais investidos e dos custos elevados dos grangeios.

É a partir de então que parece emergir no Douro — como acontece, aliás, noutras regiões — um forte espírito regionalista, ligado sobretudo aos interesses vinhateiros, opondo-se aos interesses dos comerciantes exportadores do Porto e dos agricultores de outras regiões, em especial do Sul.

Reivindica-se a exclusividade da marca *Porto* para os vinhos do Alto Douro, exige-se a restauração do exclusivo de exportação pela barra do Douro para estes vinhos, reclama-se uma nova demarcação do vinhedo, exaltam-se e exageram-se os efeitos benéficos da política proteccionista pombalina. Formam-se *Comissões de Defesa do Douro*, associações e sindicatos de vicultores. Promovem-se reuniões, comícios e manifestações públicas. Lamego, Vila Real, Régua e outras vilas da região vêem surgir uma imprensa regionalista dinâmica, ao mesmo tempo que muitos jornais do Porto fazem eco dos interesses do Douro contra os do Sul. Uma elite regional põe em destaque na imprensa, em publicações literárias e científicas, não apenas os valores económicos do Douro, mas também os valores culturais e a tradição histórica<sup>60</sup>.

---

<sup>59</sup> SOUSA, António Teixeira de, *A questão do Douro*, Porto, Empresa Guedes Editora, 1907, p. 54. Numa reunião realizada no Porto em Dezembro de 1905 entre 19 casas estrangeiras exportadoras de vinhos, 16 delas votaram a favor de uma moção que considerava o vinho do Porto como somente aquele que fosse produzido na região do Douro e carregado no Porto. E são precisamente as firmas exportadoras mais conceituadas: Cockburn Smithes & C.º, Croft & C.º, Taylor, Fladgate & Yeatman, Smith, Woodhouse & C.º, Butter Nephew & C.º, Silva & Cosens, Offley, Cramp & Forrester, Sandeman & C.º, W. & J. Graham & C.º, D. M. Feuerheerd & C.º, Wanzellers & C.º, Delaforce Sons & C.º, Gonzalez Byass & C.º, Hunt, Roope Teage & C.º, C. W. Kopke & C.º.

<sup>60</sup> É o caso das obras de Afonso do Vale Coelho Pereira Cabral, visconde de Vilarinho de S. Romão, Vieira da Costa e muitos outros.

### 3.3. Filoxera e transformação social no Alto Douro

A crise filoxérica no Alto Douro não só não afectou da mesma forma, ao mesmo tempo e com a mesma intensidade todo o espaço regional ou todos os grupos sociais, como despertou estratégias diversificadas.

Se o Alto Corgo conhece a presença da filoxera desde os anos 60 e se se encontra infestado em todos os seus concelhos já no início da década seguinte, o Douro Superior e o Baixo Corgo (à excepção dos concelhos de Santa Marta e da Régua) só mais tardiamente serão afectados, num momento em que já se conhecem os meios eficazes de combate à doença.

Assim, numa primeira fase, os vinhos do Douro Superior e do Baixo Corgo, muitos dos quais se destinavam até então ao mercado de vinhos de mesa ou à destilação para fabrico de aguardentes, vêem-se valorizados e introduzidos no circuito de produção e comércio dos vinhos do Porto.

A estratégia dos grandes vinhateiros, facilitada em breve pelo lançamento do caminho-de-ferro, orienta-se para o investimento no Douro Superior. De resto, a existência de grandes áreas incultas parece facilitar aí a constituição de enormes quintas, como a quinta de Santiago<sup>61</sup>, no concelho de Freixo de Espada-à-Cinta, com 400 hectares, ou a quinta do Monte Meão, no concelho de Vila Nova de Fozcoa, com 600 hectares<sup>62</sup>, constituída pelo segundo marido de D. Antónia Adelaide Ferreira, Francisco José da Silva Torres, nos terrenos baldios do concelho, adquiridos em hasta pública, e onde se inicia uma enorme plantação em 1888. Está, de resto, por estudar este movimento de privatização de

---

<sup>61</sup> Fundada nos anos 80 pelo Dr. Augusto Guerra, médico no Porto, transformou-se rapidamente numa exploração modelo, onde a vinha apenas ocupava uma parte reduzida. São sobretudo os enormes amendoais e os prados (onde se criavam, por volta de 1895, 400 cabeças de gado lanífero e vinte e tal de gado vacum, que constituem a maior riqueza da quinta. Possuía uma moderna leitaria, onde se fabricava manteiga pelos processos mais avançados da época. O proprietário lançou então algumas experiências curiosas, entre as quais se conta a cultura do café, depois abandonada. Cf. CABRAL, Afonso do Vale Pereira, *o. c.*, p. 438.

<sup>62</sup> Esta quinta e a de Ventozelo (concelho de S. João da Pesqueira), contando cerca de 600 hectares, eram então as maiores do Douro. CABRAL, Afonso do Vale Pereira, *o. c.*, p. 428-430.

baldios na região, que deve ter-se intensificado por esta altura, já que a lei de 28 de Agosto de 1869 viera tornar extensivas aos baldios municipais e paroquiais a legislação sobre desamortização.

A expansão da viticultura no Douro Superior, se contribuiu para um reordenamento do espaço regional, com a expansão do vinhedo e a valorização decisiva dos vinhos dessa área, não parece, por enquanto, suscitar o interesse colectivo dos pequenos lavradores, que continuam durante mais tempo voltados para as culturas tradicionais (em especial os cereais e o gado), mantendo em grande parte o regime de autosubsistência. O vinhedo representa aqui uma mudança radical, não apenas por ser uma cultura relativamente nova, mas porque vem alterar os quadros tradicionais da economia doméstica. Os investimentos mais significativos no vinhedo são feitos em grande parte por capitalistas e proprietários vindos de fora. Pelo inverso, a oliveira e a amendoeira são objecto de plantações por todos os estratos sociais, já que, constituindo culturas comercializáveis e remuneradoras, com fácil escoamento — em parte para Espanha —, não necessitam de tantos investimentos, quer nas plantações, quer nos grangeios, nem de tanta mão-de-obra, e não são incompatíveis com a cultura de cereais ou a criação de gado.

Pelo contrário, no Baixo Corgo parece assistir-se a um maior empenhamento na pequena produção vitivinícola e na fruticultura.

Em qualquer das sub-regiões, no entanto, notam-se movimentos simultâneos de fragmentação e de concentração da propriedade. À falta de melhor fonte de informação global, utilizamos os indicadores grosseiros fornecidos pelas estatísticas de contribuição predial: o número de prédios inscritos nas matrizes, o número de colectas e as importâncias dessas colectas distribuídas por escalões. Temos consciência da fragilidade destes indicadores, viciados não só pela frequência das irregularidades que normalmente afectam os dados fiscais, mas em especial pelas isenções que beneficiam contribuintes da região na sequência das cartas de lei de 16.6.1880 e de 8.6.1881. Mesmo assim, ousamos utilizar tais dados, apenas como indicadores de tendências muito gerais. Partimos do princípio de que as irregularidades fiscais se teriam mantido constantes, ao longo do período considerado, e de que as isenções teriam contemplado de forma homogénea os diversos estratos sociais. Estes indicadores parecem apontar para uma fragmentação crescente da propriedade, para um aumento também crescente do número de prédios por casal, e paralelamente para o crescimento do peso relativo dos grandes contribuintes, o que poderá traduzir o peso cada vez mais importante da grande propriedade. Trata-se, evidentemente, de tendências muito gerais, hipóteses



a verificar por novas pesquisas mais aprofundadas, que controlem as distorções assinaladas. (Anexos 1a a 2c)

No estado actual da pesquisa não nos é possível aprofundar a análise no sentido de detectar quer a evolução das relações entre a pequena, a média e a grande propriedades, quer as diferentes estratégias que, ao nível local, se estabeleceram entre aldeias vizinhas e mesmo no interior da mesma aldeia. Os dados, que actualmente possuímos, fornecem, no entanto, algumas pistas que gostaríamos de explorar futuramente.

A exploração agrícola no Douro encontra-se organizada em dois tipos fundamentais. A quinta, que corresponde normalmente à grande propriedade e ao povoamento disperso, reúne num espaço contínuo, não apenas as diferentes parcelas agrícolas, mas também as habitações do proprietário, do caseiro e dos trabalhadores, a adega e mais dependências necessárias ao funcionamento da exploração. A produção atinge aí um elevado grau de especialização, destinando-se quase totalmente ao mercado. A quinta recorre com frequência ao trabalho assalariado, mantendo normalmente um corpo fixo de trabalhadores e utilizando um grande volume de mão-de-obra à jorna ou em regime de empreita nos grandes trabalhos agrícolas das podas, das cavas e das vindimas<sup>63</sup>. O casal corresponde à pequena ou média propriedade aldeã. Compõe-se de diversas parcelas (hortas, vinhas, olivais, pomares, soutos, terras de monte, etc.), normalmente descontínuas, por vezes em freguesias diferentes ou mesmo encravadas em propriedades de outros possuidores. O casal, não desprezando a comercialização, mantém uma maior diversificação agrícola, em que a produção para auto-consumo é ainda substancial, e recorre prioritariamente (por vezes em exclusivo) ao trabalho dos membros do agregado doméstico.

A destruição dos vinhedos pela filoxera e a grande necessidade de capitais para as replantações, para os adubos e para os insecticidas, arruina muitos lavradores, alguns deles enredados na teia do crédito usurário.

É um dos momentos de maior transferência de propriedade no Douro. Muitas das quintas mais famosas mudam então de dono, ou

---

<sup>63</sup> Em certos casos, o pessoal empregue nas quintas chega a atingir as centenas de assalariados. O exemplo da quinta do Monte Meão, apesar de excepcional, chegando a ocupar cerca de 1000 trabalhadores, dá-nos uma imagem do enorme volume de mão-de-obra empregue nas grandes fainas agrícolas do Douro. CABRAL, Afonso do Vale Pereira, *o. c.*, p. 428.

constituem-se nessa altura, parte delas adquiridas por homens ligados ao mundo dos negócios portuense, exportadores de vinhos, nacionais ou estrangeiros, mas também banqueiros e capitalistas. É o caso, por exemplo, de Miguel de Sousa Guedes, capitalista e negociante do Porto — cuja família está há muito ligada a interesses vinhateiros no Douro, onde possui a quinta de Valdigem — que adquire, a partir dos anos 70, as quintas das Carvalhas, das Baratas, das Covadas, de Santo António ou do Zeferino, do Seixo e de Pedra Caldeira, tornando-se um dos maiores proprietários da região<sup>64</sup>. A casa bancária Borges & Irmão compra, já no início do nosso século, as quintas do Junco (S. Cristovão — Sabrosa) e da Soalheira (S. João da Pesqueira)<sup>65</sup>. Ao todo, algumas dezenas de grandes propriedades, em especial no Alto Corgo, que passam a conduzir, pela sua importância estratégica, os destinos do Alto Douro e do vinho do Porto, reforçando a relação de dependência da região face ao Porto. (Anexo 3).

É nestas grandes propriedades, que mobilizam enormes volumes de capitais e de mão-de-obra na plantação e grangeio dos novos vinhedos, que se percebem os maiores esforços de ruptura com as práticas culturais tradicionais.

Introduzem-se inovações técnicas fundamentais na produção vitivinícola:

— novas práticas de preparação do terreno, com surribas mais fundas e construção de socalcos mais largos, com calços sólidos e mais rectilíneos;

— novas práticas de plantação da vinha, com os porta-enxertos americanos mais adaptados ao tipo de solo, que se procura analisar previamente;

— organização da vinha em bardos regulares, para facilitar os grangeios;

— selecção de castas regionais para enxertia;

— utilização racional de adubos e insecticidas;

— modernização do material vinário e dos processos de vinificação.

Paralelamente, procura diversificar-se a produção agrícola, introduzindo ou incrementando outras culturas, além da vinha, algumas das quais assumem importância comercial. Formam-se então autênticas

---

<sup>64</sup> Cf. MONTEIRO, Manuel, *o. c.*, p. 93 e segs. e p. 139.

<sup>65</sup> Cf. SOUSA, Fernando de, *Banco Borges & Irmão, 1884-1984. Uma Instituição Centenária*, Porto, 1984, p. 65.

matas de amendoais e oliveais, como o olival da quinta do Monte Meão, com mais de 10 000 oliveiras<sup>66</sup>, ou os amendoais da quinta de Santiago, com cerca de 30 000 pés<sup>67</sup>. O tabaco, as frutas para exportação, a exploração silvícola, a criação de gado, e até algumas experiências exóticas, como a tentativa de introdução da cultura do café em Freixo de Espada-à-Cinta<sup>68</sup>, enquadram-se neste movimento generalizado de esforços de reconversão da agricultura duriense.

À diversificação das culturas corresponde em muitos casos a diversificação espacial, por vezes dentro da mesma freguesia ou em freguesias vizinhas, procurando adaptar às diferentes características dos solos as diversas culturas. Em certos casos, esta diversificação espacial de culturas compreende mesmo propriedades localizadas em sub-regiões diferentes.

Mais frequente é, no entanto, o emparcelamento, quer através da aquisição de vários prédios, reunidos depois numa grande propriedade, quer através de «arredondamentos», reunindo parcelas contíguas à propriedade inicial. Formam-se assim quintas enormes de várias centenas de hectares de terras. A compra é facilitada pela ruína de muitos lavradores e pela desvalorização do preço da terra. É o caso de muitas das propriedades de D. Antónia Adelaide Ferreira, a maior proprietária do Douro, que, à hora da sua morte, em 1896, deixa aos seus dois herdeiros 24 quintas<sup>69</sup>. Mas, há muitos outros exemplos. A firma Robertson Bros. & Co. forma em 1893 a enorme quinta do Roncão com a compra das quintas de D. Rosa, do Roncão, da Murça e de outras mais pequenas<sup>70</sup>. Miguel de Sousa Guedes reúne à quinta das Carvalhas, comprada em 1880, as quintas das Baratas, das Covadas e de Santo António, e faz o mesmo na sua quinta de Pedra Caldeira, adquirindo muitas terras vizinhas<sup>71</sup>. João de Carvalho Macedo reúne à quinta do Castelo, comprada em 1872, enormes extensões de encosta em Vale de Arados, Bamba, Amieira, Serrinha e Nogueiras e muitas propriedades dispersas, constituindo

---

<sup>66</sup> MONTEIRO, Manuel, *o. c.*, p. 69.

<sup>67</sup> CABRAL, Afonso do Vale Pereira, *o. c.*, p. 438.

<sup>68</sup> *Idem*, p. 439.

<sup>69</sup> MONTEIRO, Manuel, *o. c.*, p. 65-76, refere as quintas de Moncorvo, Monte Meão, Arnozelo, Travassos, Lourentim, Pousa, Granja, Caldas, Vesúvio, Coalheira, Porrais, Mileu, Boa Vista, Negrilhos, Aciprestes, Porto, Pego, Vila Maior, Valado, Santinho, Mera, Cancela, Rodo e Nogueiras com suas anexas.

<sup>70</sup> *Idem*, p. 44. SELLERS, Charles, *Oporto Old and New*, Londres, Herbert E. Harper, 1899, p. 100 e 204.

<sup>71</sup> MONTEIRO, Manuel, *o. c.*, p. 93 e segs.

um extenso património, que seu filho aumentará ainda com a compra da quinta de Santana...<sup>72</sup>

Simultaneamente, ao nível da pequena exploração, verificam-se orientações diversificadas, cujo estudo aprofundado permitiria compreender a extensão e a intensidade da mudança social. Sublinharemos apenas alguns aspectos, situando-nos essencialmente no concelho de Sabrosa, um dos concelhos onde a invasão filoxérica, mais precoce e mais devastadora, provoca alterações mais significativas.

Numa primeira fase, a invasão filoxérica provoca a desarticulação económica da pequena exploração, devido principalmente à dependência em que esta se encontra face à média e grande explorações, através do recurso ao trabalho assalariado sazonal por parte de alguns membros do agregado doméstico. Destruídas as vinhas, muitos deixam de encontrar esse suplemento necessário à economia doméstica, vendo-se obrigados a sair da terra. Alguns emigram. Mas, os que ficam só dificilmente conseguem manter o casal, dada a carência de capitais para a reconstituição do vinhedo ou para os grangeios, bem como a maior necessidade de mão-de-obra. Tal necessidade deve ter justificado alterações importantes ao nível da estrutura do grupo doméstico. Os dados exíguos das estatísticas disponíveis permitem verificar que, apesar do Douro ser normalmente considerado uma área de elevada emigração, a dimensão média dos fogos estagna ou aumenta, bem como a percentagem de fogos com mais de 6 pessoas. Este aumento é sobretudo assinalável nas freguesias vinhateiras. (Anexo 4)

---

<sup>72</sup> *Idem*, p. 157 e segs.

**QUADRO V — DIMENSÃO MÉDIA DOS FOGOS  
NAS FREGUESIAS DO CONCELHO DE SABROSA  
EM 1864, 1878 E 1900**

<b>FREGUESIAS</b>	<b>1864</b>	<b>1878</b>	<b>1900</b>
Celeirós	4.6	5.4	5.0
Covas do Douro	4.6	6.0	5.7
Gouvães	4.8	5.3	4.4
Gouvinhas	4.8	4.4	5.0
S. Cristovão	4.3	3.6	4.9
Vilarinho de S. Romão	4.2	3.7	4.9
<b>FREGUESIAS VINHATEIRAS</b>	<b>4.6</b>	<b>4.9</b>	<b>5.1</b>
Paradela de Guiães	4.2	4.2	4.0
Passos	4.4	4.1	4.5
Provesende	4.2	4.0	4.5
Sabrosa	4.0	4.0	6.0
S. Martinho de Anta	4.5	4.3	4.8
Souto Maior	3.5	3.0	6.3
<b>FREGUESIAS DE TRANSIÇÃO</b>	<b>4.2</b>	<b>3.9</b>	<b>5.0</b>
S. Lourenço	4.5	4.4	4.2
Parada do Pinhão	4.7	3.9	4.6
Torre do Pinhão	4.2	4.2	4.0
<b>FREGUESIAS DE MONTANHA</b>	<b>4.4</b>	<b>4.2</b>	<b>4.2</b>

(Fonte: «Recenseamento da População», 1864, 1878, 1900)

Qualquer das estratégias — emigração ou extensão do grupo doméstico — visa o mesmo objectivo, a sobrevivência do casal. Os termos da interpretação poderão, aliás, alterar-se. A emigração poderá ter incidido relativamente mais sobre os grupos domésticos mais reduzidos. Não possuímos dados sobre a emigração à escala da freguesia, mas a simples análise das relações de masculinidade, num momento em que a emigração é quase totalmente masculina, permite detectar diferenças substanciais entre freguesias especializadas na produção vitícola e freguesias de montanha do mesmo concelho. É nestas últimas que as relações de masculinidade se revelam extremamente baixas, indiciando uma forte emigração masculina. Pelo inverso, nas freguesias vinhateiras chega a deparar-se com relações de masculinidade da ordem dos 170%.

**QUADRO VI — RELAÇÕES DE MASCULINIDADE  
NAS FREGUESIAS DO CONCELHO DE SABROSA  
EM 1864, 1878 E 1900 (EM %)**

<b>FREGUESIAS</b>	<b>1864</b>	<b>1878</b>	<b>1900</b>
Celeirós	109	127	106
Covas do Douro	122	174	177
Gouvães	104	173	119
Gouvinhas	133	141	140
S. Cristovão	135	87	131
Vilarinho de S. Romão	101	94	116
<b>FREGUESIAS VINHATEIRAS</b>	<b>117</b>	<b>139</b>	<b>135</b>
Paradela de Guiães	115	112	88
Passos	97	91	91
Provesende	113	97	89
Sabrosa	95	97	101
S. Martinho de Anta	104	96	99
Souto Maior	92	78	104
<b>FREGUESIAS DE TRANSIÇÃO</b>	<b>102</b>	<b>94</b>	<b>96</b>
S. Lourenço	108	97	93
Parada do Pinhão	92	82	85
Torre do Pinhão	97	104	77
<b>FREGUESIAS DE MONTANHA</b>	<b>100</b>	<b>96</b>	<b>86</b>

(Fonte: «Recenseamento da População», 1864,1878, 1900)

É necessário ainda ter em conta a forte mobilidade intra-regional e mesmo a imigração, que se orientam preferencialmente para as freguesias vinhateiras, em especial a partir do momento em que se iniciam os grandes trabalhos de reconstituição dos vinhedos.

No início dos anos 70, a imigração galega ronda os 5 000 trabalhadores anuais<sup>73</sup>, número que ultrapassa de longe o das saídas de emigrantes, num

<sup>73</sup> *Primeiro Inquérito parlamentar sobre a emigração portuguesa pela Comissão da Camara dos Senhores Deputados*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1873, p. 508-511.

momento em que a emigração média anual da totalidade dos distritos de Bragança, Vila Real, Guarda e Viseu é apenas de 787 indivíduos<sup>74</sup>.

**QUADRO VII — POPULAÇÃO PRESENTE  
NAS FREGUESIAS DO CONCELHO DE SABROSA  
POR NATURALIDADE EM 1900 (EM %)**

FREGUESIAS	Naturais do Concelho	Naturais de outros Concelhos	Naturais de outros Concelhos	Estrangeiros
Celeirós	71.1	6.4	11.4	11.1
Covas do Douro	54.6	6.8	19.0	19.6
Gouvães	70.4	8.4	14.0	7.1
Gouvinhas	70.3	5.5	7.5	16.6
S. Cristovão	60.3	10.7	18.4	10.7
Vilarinho de S. Romão	74.5	7.9	5.5	12.1
<b>FREG. VINHATEIRAS</b>	<b>65.8</b>	<b>7.2</b>	<b>12.6</b>	<b>14.3</b>
Paradela de Guiães	88.3	7.7	2.8	1.3
Passos	92.8	4.4	0.7	2.0
Provesende	80.0	6.3	5.4	8.3
Sabrosa	78.4	12.5	6.4	2.7
S. Martinho de Anta	89.6	8.8	1.0	0.6
Souto Maior	88.3	4.5	3.0	4.2
<b>FREG. DE TRANSIÇÃO</b>	<b>85.6</b>	<b>7.9</b>	<b>3.4</b>	<b>3.2</b>
S. Lourenço	91.8	6.5	1.4	0.3
Parada do Pinhão	95.8	3.9	0.0	0.3
Torre do Pinhão	96.3	2.3	1.3	0.0
<b>FREG. DE MONTANHA</b>	<b>94.3</b>	<b>4.4</b>	<b>1.0</b>	<b>0.2</b>

(Fonte: «Recenseamento da População», 1900)

É certo que, a partir do fim da década de 80, o movimento emigratório ganha maior volume, atingindo naqueles quatro distritos os 5660 indivíduos por ano, saindo cada vez mais gente dos distritos da

<sup>74</sup> *Idem*, p. 492-496.

**QUADRO VIII — EMIGRAÇÃO LEGAL DE NATURAIS  
DOS CONCELHOS DO ALTO DOURO EM 1887, 1893 E 1911**

CONCELHOS	1887	1893	1911
Santa Marta de Penaguião	33	172	244
Mesão Frio	64	168	228
Lamego	51	137	141
Resende	58	185	104
<b>BAIXO CORGO</b>	<b>206 (29.3%)</b>	<b>662 (43.0%)</b>	<b>717 (16.4%)</b>
<b>Peso da Régua</b>	<b>49 (7.0%)</b>	<b>144 (9.4%)</b>	<b>258 (5.9%)</b>
Alijó	94	162	531
Sabrosa	110	87	387
S. João da Pesqueira	40	92	139
Armamar	70	131	139
Tabuaço	76	36	198
<b>ALTO CORGO</b>	<b>390 (55.5%)</b>	<b>508 (33.0%)</b>	<b>1391 (31.9%)</b>
Carraceda de Ansiães	20	105	732
Freixo de Espada-à-Cinta	2	5	200
Torre de Moncorvo	8	23	897
Vila Nova de Fozcoa	28	93	172
<b>DOURO SUPERIOR</b>	<b>58 (8.3%)</b>	<b>226 (14.7%)</b>	<b>2001 (45.8%)</b>
<b>TOTAL</b>	<b>703 (100%)</b>	<b>1540 (100%)</b>	<b>4367 (100%)</b>

(Fonte: «Movimento da População», 1887, 1893 e 1911)

A estagnação e mesmo regressão demográfica verificada em muitos concelhos do Alto Douro deve, aliás, socorrer-se de outros factores explicativos, já que parecem ter-se então verificado comportamentos demográficos tradicionais. A falta de recursos dificulta o estabelecimento de novos casais. Nos distritos de Vila Real e Viseu deparamos com taxas de nupcialidade das mais baixas do país, com idades médias ao primeiro casamento muito elevadas e com fortes valores de celibato definitivo<sup>75</sup>.

<sup>75</sup> NAZARETH, Manuel, *A Nupcialidade da População Portuguesa na segunda metade do século XIX*, in *Estudos de História de Portugal — homenagem a A. H. de Oliveira Marques*, vol. II, Lisboa, Estampa, 1983, p. 395-409.



A época da filoxera é um período de intensa mobilidade social. Se entre os pequenos lavradores se assiste a um movimento de forte proletarização, entre os lavradores de recursos médios a mobilidade social parece ter-se verificado em dois sentidos opostos. Muitos conseguem prosperar e adquirir terras aos mais pobres. Em certas freguesias do Douro, alguns dos casais actualmente mais importantes iniciaram um movimento de ascensão social no tempo da filoxera. A estrutura da composição do casal, disperso por várias parcelas, possibilita-lhes a transferência de investimentos em trabalho e capitais para as parcelas onde podem introduzir as culturas momentaneamente mais rentáveis. Noutro sentido, a fragmentação do casal nas sucessões através da partilha igualitária pelos herdeiros, imposta pelo Código Civil de 1867, vem transformar algumas explorações médias em pequenas.

Ao nível das pequenas e médias explorações familiares conviria ainda estudar os efeitos da emigração em dois sentidos. Primeiro, com o objectivo de se detectar os seus efeitos na ruptura da economia doméstica tradicional (sobretudo com a falta de mão-de-obra, base dessas explorações), na ruptura com os laços de solidariedade aldeã e sua relação com o movimento de apropriação dos baldios. Depois, tentar perceber a importância assumida pelas remessas dos emigrantes, não apenas para a sobrevivência do casal de origem, mas também na formação de algumas novas fortunas que vêm provocar alterações no tecido social das aldeias e vilas da região.

#### 4. Conclusão

A filoxera, ao destruir grande parte do vinhedo duriense, veio desorganizar o sistema de relações tradicional e impor mudanças decisivas. Não só a filoxera, de resto... Outras doenças da videira, como o oídio e o míldio, a abolição dos privilégios da Companhia e o regime de liberdade comercial, o lançamento do caminho-de-ferro da linha do Douro, a crise comercial, parecem ter actuado simultaneamente no mesmo sentido.

Nos fins do século passado e no início do actual, assistimos à redefinição do espaço regional duriense. Transformações profundas marcam o ponto de viragem do Douro pombalino para o Douro contemporâneo:

— alargamento da região produtora de vinho do Porto à área do Douro Superior e a novos concelhos;

- redefinição das práticas culturais vitivinícolas;
- transferências de propriedade;
- ruptura das solidariedades aldeãs tradicionais com o aumento da mobilidade geográfica e social;
- reforço dos mecanismos de dependência da região face ao Porto.

## **ANEXOS**

ANEXO 1A:  
**N.º DE PRÉDIOS INSCRITOS NA MATRIZ  
 E RENDIMENTO COLECTÁVEL  
 POR CONCELHOS EM 1878:**

CONCELHOS	1. Superfície do concelho (em ha)	2. N.º de prédios	3. Rendimento colectável (em mil.rs)	4. Dimensão média dos prédios	5. 3/2
Santa Marta	7154	20658	60980	0.3	3.0
Mesão Frio	5110	3906	17525	1.3	4.5
Lamego	17119	28650	223490	0.6	7.8
Resende	11498	27320	61142	0.4	2.2
<b>BAIXO CORGO</b>	<b>40881</b>	<b>80534</b>	<b>363138</b>	<b>0.5</b>	<b>4.5</b>
<b>Régua</b>	<b>10603</b>	<b>16066</b>	<b>77050</b>	<b>0.7</b>	<b>4.8</b>
Alijó	32960	48696	93858	0.7	1.9
Sabrosa	15841	23002	41412	0.7	1.8
Pesqueira	27850	22587	149599	1.2	6.6
Armamar	10987	22485	71217	0.5	3.2
Tabuaço	10476	17031	51486	0.6	3.0
<b>ALTO CORGO</b>	<b>98114</b>	<b>133801</b>	<b>407572</b>	<b>0.7</b>	<b>3.0</b>
Carrazeda	22740	24453	58206	0.9	2.4
Freixo	28233	12290	27441	2.3	2.2
Moncorvo	45224	22422	62435	2.0	2.8
Fozcoa	58765	25556	53196	2.3	2.1
<b>DOURO SUPERIOR</b>	<b>154962</b>	<b>84721</b>	<b>201278</b>	<b>1.8</b>	<b>2.4</b>

(Fonte: «Anuário Estatístico da Direcção Geral das Contribuições Directas», 1878.)

ANEXO 1B:  
**N.º DE PRÉDIOS INSCRITOS NA MATRIZ E RENDIMENTO  
 COLECTÁVEL POR CONCELHOS EM 1893:**

CONCELHOS	1. Superfície do concelho (em ha)	2. N.º de prédios	3. Rendimento colectável (em mil.rs)	4. Dimensão média	5. 3/2
Santa Marta	6950	21269	61580	0.3	2.9
Mesão Frio	5110	3919	17526	1.3	4.5
Lamego	17119	28991	228242	0.6	7.9
Resende	11498	28095	62368	0.4	2.2
<b>BAIXO CORGO</b>	<b>40677</b>	<b>82274</b>	<b>369716</b>	<b>0.5</b>	<b>4.5</b>
<b>Régua</b>	<b>10603</b>	<b>12662</b>	<b>77679</b>	<b>0.8</b>	<b>6.1</b>
Alijó	32960	55358	94524	0.6	1.7
Sabrosa	15841	27377	41442	0.6	1.5
Pesqueira	27850	25990	151606	1.1	5.8
Armamar	10476	25057	71962	0.4	2.9
Tabuaço	10476	17522	52236	0.6	3.0
<b>ALTO CORGO</b>	<b>97603</b>	<b>151304</b>	<b>411770</b>	<b>0.6</b>	<b>2.7</b>
Carrazeda	24349	47893	66272	0.5	1.4
Freixo	28233	16868	27130	1.7	1.6
Moncorvo	45224	47449	62046	1.0	1.3
Fozcoa	58765	26620	54176	2.2	2.0
<b>DOURO SUPERIOR</b>	<b>156571</b>	<b>138830</b>	<b>209624</b>	<b>1.1.</b>	<b>1.5</b>

(Fonte: «Anuário Estatístico da Direcção Geral das Contribuições Directas», 1893)

**ANEXO 1C:  
N.º DE PRÉDIOS INSCRITOS NA MATRIZ  
E RENDIMENTO COLECTÁVEL  
POR CONCELHOS EM 1908:**

CONCELHOS	1. Superfície do concelho (em ha)	2. N.º de prédios	3. Rendimento colectável (em mil.rs)	4. Dimensão média dos prédios	5. 3/2
Santa Marta	7000	25876	25172	0.3	1.0
Mesão Frio	2500	7227	19456	0.3	2.7
Lamego	15640	66457	240719	0.2	3.6
Resende	12060	54934	83420	0.2	1.5
<b>BAIXO CORGO</b>	<b>37200</b>	<b>154494</b>	<b>368767</b>	<b>0.2</b>	<b>2.4</b>
<b>Régua</b>	<b>9450</b>	<b>24729</b>	<b>56420</b>	<b>0.4</b>	<b>2.3</b>
Alijó	29120	67263	66381	0.4	1.0
Sabrosa	18170	39025	24064	0.5	1.6
Pesqueira	27640	29303	66613	0.9	2.3
Armamar	11440	37979	61207	0.3	1.6
Tabuaço	14190	30620	47548	0.5	1.5
<b>ALTO CORGO</b>	<b>100560</b>	<b>204190</b>	<b>265813</b>	<b>0.5</b>	<b>1.3</b>
Carrazeda	29220	56686	61126	0.5	1.1
Freixo	29380	17357	26822	1.7	1.5
Moncorvo	48830	49905	59562	1.0	1.2
Fozcoa	38940	37116	58470	1.0	1.6
<b>DOURO SUPERIOR</b>	<b>146730</b>	<b>161064</b>	<b>205980</b>	<b>0.9</b>	<b>1.3</b>

(Fonte: «Anuário Estatístico da Direcção Geral das Contribuições Directas», 1908)

**ANEXO 2A:  
COLECTAS DA CONTRIBUIÇÃO PREDIAL  
E IMPORTÂNCIAS COLECTADAS  
NO CONCELHO DE SANTA MARTA DE PENAGUIÃO  
POR CLASSES DE CONTRIBUIÇÕES EM 1878, 1893 E 1908:**

ANOS	CLASSES DE CONTRIBUIÇÕES (em rs)	COLECTAS		IMPORTÂNCIAS	
		n.º	%	valor (em rs)	%
1878	menos de 100	387	8.9	20328	0.2
	100-1000	2682	61.5	924000	10.4
	1000-10000	1124	25.8	3676000	40.7
	10000-50000	151	3.5	3130000	34.7
	mais de 50000	15	0.3	1275000	14.1
	TOTAL	4359	100.0	9025328	100.0
1893	menos de 100	676	17.9	60110	0.4
	100-1000	1359	35.9	691050	4.7
	1000-10000	1431	37.8	4986000	33.8
	10000-50000	283	7.5	6075000	41.2
	mais de 50000	32	0.8	2925000	19.8
	TOTAL	3781	100.0	14737160	100.0
1908	menos de 100	768	16.7	54653	0.3
	100-1000	1552	33.8	797150	3.9
	1000-10000	1826	39.8	6015500	29.5
	10000-50000	386	8.4	7750000	38.0
	mais de 50000	56	1.2	577500	28.3
	TOTAL	4588	100.0	20392303	100.0

(Fonte: «Anuário Estatístico da D.G. das Contribuições Directas», 1878, 1893,1908)

**ANEXO 2B:  
COLECTAS DA CONTRIBUIÇÃO PREDIAL  
E IMPORTÂNCIAS COLECTADAS  
NO CONCELHO DE SABROSA  
POR CLASSES DE CONTRIBUIÇÕES EM 1878, 1893 E 1908:**

ANOS	CLASSES DE CONTRIBUIÇÕES (em rs)	COLECTAS		IMPORTÂNCIAS	
		n.º	%	valor (em rs)	%
1878	menos de 100	127	4.1	8521	0.1
	100-1000	1461	46.8	651650	5.9
	1000-10000	1362	43.6	4318000	39.9
	10000-50000	146	4.7	3270000	30.2
	mais de 50000	27	0.9	2575000	23.8
	<b>TOTAL</b>	<b>3123</b>	<b>100.0</b>	<b>10823171</b>	<b>100.0</b>
1893	menos de 100	331	7.6	1979	0.01
	100-1000	1290	44.1	881300	4.6
	1000-10000	1766	40.6	5967000	30.9
	10000-50000	276	6.3	5805000	30.0
	mais de 50000	56	1.3	6675000	34.5
	<b>TOTAL</b>	<b>3719</b>	<b>100.0</b>	<b>19330279</b>	<b>100.0</b>
1908	menos de 100	418	10.0	20900	0.1
	100-1000	1653	39.5	661770	4.4
	1000-10000	1851	44.2	6152500	40.6
	10000-50000	231	5.5	4910000	32.4
	mais de 50000	32	0.8	3400000	22.4
	<b>TOTAL</b>	<b>4185</b>	<b>100.0</b>	<b>15145170</b>	<b>100.0</b>

(Fonte: «Anuário Estatístico da D.G. das Contribuições Directas», 1878, 1893 e 1908.)



**ANEXO 2C:  
COLECTAS DA CONTRIBUIÇÃO PREDIAL  
E IMPORTÂNCIAS COLECTADAS  
NO CONCELHO DE VILA NOVA DE FOZCOA  
POR CLASSES DE CONTRIBUIÇÕES EM 1878, 1893 E 1908:**

ANOS	CLASSES DE CONTRIBUIÇÕES (em rs)	COLECTAS		IMPORTÂNCIAS	
		n.º	%	valor (em rs)	%
1878	menos de 100	707	19.1	41019	0.5
	100-1000	1296	52.1	750250	8.4
	1000-10000	938	25.4	2908500	32.6
	10000-50000	107	2.9	2315000	26.0
	mais de 50000	22	0.6	2900000	32.5
	<b>TOTAL</b>	<b>3700</b>	<b>100.0</b>	<b>8914769</b>	<b>100.0</b>
1983	menos de 100	1132	29.8	106418	0.9
	100-1000	1391	36.6	712550	5.9
	1000-10000	1097	28.9	3521000	29.4
	10000-50000	143	3.8	3300000	27.5
	mais de 50000	33	0.9	4350000	36.3
	<b>TOTAL</b>	<b>3796</b>	<b>100.0</b>	<b>11989968</b>	<b>100.0</b>
1908 (*)	menos de 100	1456	27.2	101321	0.9
	100-1000	3026	56.5	994950	8.4
	1000-10000	740	13.8	2146500	18.1
	10000-50000	85	1.6	1745000	14.7
	mais de 50000	52	1.0	6876361	58.0
	<b>TOTAL</b>	<b>5359</b>	<b>100.0</b>	<b>11864132</b>	<b>100.0</b>

(Fonte. «Anuário Estatístico da D.G. das Contribuições Directas», 1878, 1893,1908)

(\*) Dados corrigidos por confronto com os de 1907.

**ANEXO 3:  
ESTRANGEIROS PROPRIETÁRIOS DE QUINTAS NO  
DOURO EM FINAIS DO SÉC. XIX:**

<b>NOME DO PROPRIETÁRIO E/OU DA EMPRESA</b>	<b>DESIGNAÇÃO DA QUINTA</b>	<b>LOCALIZAÇÃO DA QUINTA (CONCELHO)</b>	<b>DATA DE AQUISIÇÃO</b>
George WARRE (Silva & Cosens)	N.ª S.ª da Ribeira  Bonfim Zimbro	Carrazeda de Ansiães Alijó Carrazeda de Ansiães	1889  por volta de 1889 antes de 1889
Alberto ANDRESEN (J. H. Andresen Sucs)	Nova Fontão	Sabrosa Sabrosa	entre 1880 e 1890 entre 1880 e 1890
Taylor, Fladgate & YEATMAN	Vargelas	Vila Nova de Foz Coa	1893
ROBERTSON BROS & CO.	D. Rosa Murça Roncão	Alijó Alijó Alijó	(1893) (1893) 1893
Cabel ROOPE (Hunt, Roope & Co)	Eira Velha	Sabrosa	1893
W. & J. GRAHAM	Malvedos	Alijó	1890
Charles WRIGHT (Croft & Co)	Roeda	Alijó	1844(*)
Offley, Cramp & FORRESTERS	Boavista Cachucha Ujo	Sabrosa Sabrosa Sabrosa	meados do séc. XIX meados do séc. XIX meados do séc. XIX
C. VANZELLER (C.N. Köpke & Co)	Roriz	S. João da Pesqueira	meados do séc. XVIII (**)

(Fonte: SELLERS, *o.c.*, 1899; MONTEIRO, *o.c.*, 1911; VILARINHO DE S. ROMÃO, *o.c.*, 1896.)

(\*) Comprada pela firma Taylor, Fladgate & Yeatman em 1844, ficou na posse de John Alexander Fladgate (barão de Roeda) a partir de 1862. Sua filha casa com Charles Wright, da firma Croft & Co, o que explica a transferência da quinta de uma para outra empresa (SELLERS, *o.c.*, 1899, p. 133).

(\*\*) Quinta formada em meados do séc. XVIII pelo escocês Robert Archibald. Após a sua morte, foi adquirida aos seus herdeiros por Nicolau Köpke.

ANEXO 4:  
N.º DE FOGOS SEGUNDO O N.º DE PESSOAS POR FOGO EM 1980 E 1900:

CONCELHOS	1890						1900									
	fogos com 1 pessoa		fogos com 2-5 pessoas		fogos com 6 e + pessoas		Total		fogos com 1 pessoa		fogos com 2-5 pessoas		fogos com 6 e + pessoas		Total	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%
Alijó	569	11.5	3439	69.7	924	18.7	4932	100	566	11.3	3309	65.8	1154	22.9	5029	100
Sabrosa	444	13.4	2261	68.3	606	18.3	3311	100	276	8.8	1876	60.1	969	31.0	3121	100
Armamar	343	11.8	1968	67.8	590	20.3	2901	100	352	11.8	2010	67.2	631	21.1	2993	100
Pesqueira	489	13.2	2491	67.0	738	19.8	3718	100	462	14.0	2239	67.6	609	18.4	3310	100
Tabuaço	299	13.1	1576	68.8	416	18.2	2291	100	352	13.9	1716	67.6	469	18.5	2537	100
Régua	468	11.1	2685	63.8	1053	25.0	4206	100	504	11.5	2705	61.5	1189	27.0	4398	100
Santa Marta	312	10.8	1771	63.4	709	25.4	2792	100	278	10.4	1662	62.1	736	27.5	2676	100
Mesão Frio	193	9.9	1254	64.6	495	25.5	1942	100	207	11.7	1146	65.6	421	23.7	1774	100
Lamego	945	15.5	3879	63.4	1292	21.0	6116	100	786	10.9	4383	60.9	2027	28.2	7196	100
Resende	676	13.6	3212	64.6	1085	21.8	4973	100	689	14.2	3019	62.3	1137	23.5	4845	100
Carrazeda	548	16.3	2155	64.3	650	19.4	3353	100	436	12.4	2365	67.1	723	20.5	3524	100
Freixo	189	11.0	1188	69.2	340	19.8	1717	100	181	10.5	1170	67.6	379	21.9	1730	100
Moncorvo	499	12.7	2734	69.8	682	17.4	3915	100	517	12.6	2776	67.4	825	20.0	4118	100
Fozcoa	368	10.7	2445	71.3	616	18.0	3429	100	421	11.7	2497	69.1	693	19.2	3611	100

(Fonte: Censos da População, 1890 e 1900)

